

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.601.482 - RJ
(2019/0307139-2)**

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : GERSON JAIME DE SOUZA
ADVOGADO : PAULO CÉSAR DE MATTOS GONÇALVES CRUZ - RJ058578
AGRAVADO : RIO DE JANEIRO REFRESCOS LTDA
ADVOGADO : IVANIR JOSÉ TAVARES - RJ008787
ADVOGADOS : THAÍS ATAYDE HENRIQUE - RJ124483
DANIEL BARROS DE LACERDA SOARES - RJ199474

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS. HONORÁRIOS CONTRATUAIS PAGOS EM AÇÃO TRABALHISTA JULGADA PROCEDENTE. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA TRABALHISTA. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO PROVIDO PARA RECONSIDERAR A DECISÃO MONOCRÁTICA E, EM NOVO EXAME, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

1. Decisão agravada reconsiderada, na medida em que foram impugnados os fundamentos da decisão de admissibilidade proferida na Instância *a quo*. Novo julgamento do feito.
2. "A Segunda Seção desta Corte, por ocasião do julgamento do Resp n. 1.087.153/MG, firmou o entendimento de que 'A ação de indenização ajuizada pelo trabalhador em face do ex-empregador, com vistas ao ressarcimento dos honorários advocatícios contratuais despendidos em reclamatória trabalhista outrora manejada, deve ser apreciada pela Justiça do Trabalho'" (AgInt no AREsp 1.186.563/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe de 30/08/2018).
3. Estando a decisão recorrida de acordo com a jurisprudência desta Corte, o recurso especial encontra óbice na Súmula 83/STJ.
4. Agravo interno provido para reconsiderar a decisão recorrida e, em novo exame, conhecer do agravo e negar provimento ao recurso especial.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, dar provimento ao agravo interno para reconsiderar a decisão recorrida e, em novo exame, conhecer do agravo e negar provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Maria Isabel Gallotti.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 03 de março de 2020 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator